

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Advogado e Consultor Jurídico.

CURSO DE DIREITOS HUMANOS

7^a revista,
atualizada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2020 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 10.10.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direitos humanos / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8805-0

1. Direitos humanos. I. Título.

19-60060

CDU: 342.7

Sumário

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

1. Conceito	23
2. Terminologia	25
3. Amplitude	27
4. Fundamento e conteúdo	29
5. Características	30
6. Gramática dos direitos humanos	32
7. Interpretação conforme os direitos humanos	33

Capítulo II RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E DIREITOS HUMANOS

1. Conceito de responsabilidade internacional	37
2. Finalidades da responsabilidade internacional	38
3. Características da responsabilidade internacional	38
4. Natureza jurídica da responsabilidade internacional	40
5. Obrigações <i>erga omnes</i> e normas internacionais de <i>jus cogens</i>	41
6. Responsabilidade do Estado no sistema interamericano	44

Capítulo III GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	47
2. Inspiração da Revolução Francesa	47
2.1. Primeira geração (liberdade)	48
2.2. Segunda geração (igualdade)	48
2.3. Terceira geração (fraternidade)	48
2.4. Quarta geração (solidariedade)	49
2.5. Quinta geração (esperança)	49

3. As gerações de direitos na jurisprudência do STF.....	50
4. Críticas ao sistema geracional	51

Capítulo IV

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Precedentes históricos	55
1.1. O direito humanitário	56
1.2. A Liga das Nações	57
1.3. A Organização Internacional do Trabalho	57
2. Contribuições dos precedentes	58
3. Emergência do Direito Internacional dos Direitos Humanos	59
4. Estrutura normativa do sistema internacional de proteção	61
4.1. Sistema global	61
4.2. Sistemas regionais	62
4.3. Coexistência dos sistemas.....	62
5. Corte Internacional de Justiça e proteção dos direitos humanos	63

Capítulo V

AS NAÇÕES UNIDAS E A PROMOÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. A Carta da ONU e a promoção dos direitos humanos	65
2. Direitos humanos e reserva de jurisdição interna: o art. 2.º, § 7.º, da Carta da ONU	67
3. Ausência de definição da expressão “direitos humanos e liberdades fundamentais”	70
4. Um passo rumo à Declaração Universal de 1948	70

Capítulo VI

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	73
2. Estrutura da Declaração Universal.....	75
3. Natureza jurídica da Declaração Universal	77
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	79
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal.....	83

Capítulo VII

PACTOS INTERNACIONAIS DA ONU DE 1966 E MECANISMOS CONVENCIONAIS DE MONITORAMENTO

1. A criação dos mecanismos de proteção	85
---	----

1.1. Por que dois Pactos Internacionais?	85
1.2. Finalidade dos Pactos de 1966.....	87
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	88
3. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	92
4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	94
5. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	98

Capítulo VIII

MECANISMOS GLOBAIS NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Entendimento do tema.....	101
2. O papel da Comissão (Conselho) de Direitos Humanos.....	102
3. A Resolução 1.235 do ECOSOC (<i>apartheid</i> e demais temas).....	103
4. A Resolução 1.503 do ECOSOC (procedimento confidencial).....	105
5. Revisão Periódica Universal (sistema <i>peer review</i>).....	108
6. Mecanismos não convencionais e o Brasil.....	110

Capítulo IX

SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO

1. Sistema europeu	113
1.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos	115
1.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	116
1.3. Sentenças da Corte.....	118
2. Sistema interamericano.....	119
2.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos	119
2.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Interamericana)	122
2.2.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	123
2.2.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	125
2.3. Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana.....	128
3. Sistema africano	130
3.1. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	131
3.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Africana).....	132
3.2.1. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	133
3.2.2. Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	134
4. Mundo árabe.....	135
5. Ásia	137
6. Quadro sinótico dos sistemas regionais.....	138

Capítulo X

CARTA DEMOCRÁTICA
INTERAMERICANA

1. Introdução.....	139
2. Natureza jurídica.....	141
3. Direito à democracia e obrigação de sua proteção.....	143
4. Democracia e direitos humanos	144
5. Democracia, desenvolvimento integral e combate à pobreza	145
6. Ruptura da ordem democrática e retorno ao <i>status quo</i>	145
7. Democracia e as missões de observação eleitoral.....	148

Capítulo XI

PROTEÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS NO MERCOSUL

1. Introdução.....	149
2. O Mercado Comum do Sul e os direitos humanos	149
3. Normativa internacional.....	150
3.1. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998)	150
3.2. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Mercosul (2005)	152
3.3. Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul – Ushuaia II (2011).....	153
4. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos – IPPDH.....	154
5. Infraestrutura para proteção e promoção dos direitos humanos no Mercosul.....	156
6. Conclusão.....	157

Capítulo XII

DIREITO INTERNACIONAL PENAL

1. Introdução.....	159
2. Precedentes históricos do TPI.....	159
2.1. O legado do Holocausto e o Tribunal de Nuremberg	160
2.2. Outros tribunais internacionais (Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda)	161
3. O Tribunal Penal Internacional.....	163
4. Características do TPI.....	164
4.1. Natureza supraconstitucional (centrífuga)	164
4.2. Tribunal independente	165
4.3. Órgão subsidiário.....	166
4.4. Justiça automática	166

5. Estrutura e funcionamento do TPI.....	166
6. Impossibilidade de reservas do Estatuto.....	170
7. Competência material do TPI.....	170
7.1. Crime de genocídio.....	170
7.2. Crimes contra a humanidade.....	170
7.3. Crimes de guerra.....	171
7.4. Crime de agressão.....	172
8. A responsabilidade penal individual.....	173

Capítulo XIII

INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

1. Introdução.....	175
2. Processo de celebração de tratados na forma do art. 5.º, § 3.º, da Constituição ...	178
3. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente de aprovação qualificada.....	183
4. Efeitos dos tratados “equivalentes às emendas constitucionais”.....	185
4.1. Reforma da Constituição.....	186
4.2. Impossibilidade de denúncia.....	190
4.3. Tratados como paradigma do controle concentrado de convencionalidade.....	194
5. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (antes ou depois da EC 45/2004).....	194
6. Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos.....	196
7. Os tratados de direitos humanos como paradigmas à federalização das graves violações de direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência (CF, art. 109, V-A e § 5.º).....	198
8. Interpretação dos tratados de direitos humanos e o princípio <i>pro homine</i>	199
9. Conclusões acerca do procedimento brasileiro de incorporação de tratados internacionais: “sistema único diferenciado”.....	200

Capítulo XIV

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1. Introdução.....	203
2. A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano.....	205
3. O controle de convencionalidade no Direito brasileiro.....	210
3.1. Controle concentrado de convencionalidade.....	210
3.2. Controle difuso de convencionalidade.....	213
4. Controle de suprallegalidade.....	215
5. Devido processo convencional.....	216

5.1. Devido processo convencional internacional	217
5.2. Devido processo convencional interno.....	218
6. Conclusão.....	220

PARTE II

PARTE ESPECIAL

Capítulo XV

DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

1. Direitos humanos das mulheres.....	224
1.1. Normativa internacional de proteção.....	225
1.2. Decisão internacional e consequências no plano interno	229
1.3. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	232
1.4. (Des)criminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez.....	234
2. Direitos humanos dos idosos	235
2.1. Normativa internacional de proteção.....	236
2.2. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015)	241
2.3. Proteção jurídica da pessoa idosa no Brasil.....	243
3. Direitos humanos das crianças e adolescentes.....	245
3.1. Normativa internacional de proteção.....	246
3.2. Direitos humanos das crianças e adolescentes na jurisprudência interna ...	250
3.3. Redução da maioridade penal no Brasil	252
3.4. Lei Menino Bernardo (Lei n.º 13.010/2014).....	254
4. Direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais	255
4.1. Conceito de “povos indígenas” e “comunidades tradicionais”	257
4.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965)	258
4.3. Da visão integracionista à sociedade pluriétnica: as Convenções n.º 107 e n.º 169 da OIT	259
4.4. Marcos atuais: Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).....	264
4.5. Proteção dos povos indígenas no sistema interamericano de direitos humanos	265
4.6. O caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	269
4.7. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016).....	270
5. Direitos humanos das pessoas com deficiência	284
5.1. Conceitos.....	286

5.2.	Instrumentos internacionais de proteção	288
5.3.	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	290
5.4.	Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).....	293
5.5.	Acesso à leitura às pessoas cegas ou com deficiência visual (Tratado de Marraqueche)	294
6.	Direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais (comunidade LGBTI)	300
6.1.	Normativa internacional de proteção.....	304
6.2.	Casos internacionais emblemáticos.....	306
6.3.	União homoafetiva na jurisprudência do STF	313
6.4.	União homoafetiva na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA	315
6.5.	União homoafetiva na jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia	316
6.6.	Obrigações estatais relativas à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos decorrentes de vínculo entre pessoas do mesmo sexo (Opinião Consultiva n.º 24/2017 da Corte IDH).....	316
6.7.	Criminalização dos atos de homofobia e transfobia pelo STF	320
7.	Direitos humanos dos refugiados	323
7.1.	Regulamentação internacional.....	323
7.2.	Regulamentação interna	326
7.3.	A questão dos migrantes	328
8.	Direitos humanos dos consumidores	330
8.1.	Proteção do consumidor no Mercosul	331
8.2.	Proposta de normativa interamericana de proteção	333
9.	Direitos humanos das pessoas em situação de rua	334
9.1.	O que é a “situação de rua”?.....	335
9.2.	Discriminação e estigmatização das pessoas em situação de rua.....	336
9.3.	Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto n.º 7.053/2009)....	338
9.4.	Guia do Ministério Público para a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua.....	342
9.5.	Obrigações internacionais dos Estados na proteção das pessoas em situação de rua	346
9.6.	Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	348

Capítulo XVI

LEIS DE AUTOANISTIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1.	Introdução.....	351
2.	Justiça de transição e leis de autoanistia	351

3. Leis de autoanistia e o dever de perseguir as violações de direitos humanos.....	354
4. Posição da Corte Interamericana sobre as leis de autoanistia.....	355
4.1. Primeiros precedentes (casos “Barrios Altos”, “Almonacid Arellano” e “La Cantuta”)	355
4.2. A Corte Interamericana e o Brasil (caso “Gomes Lund” – “Guerrilha do Araguaia”)	357
5. Obrigação de controlar a convencionalidade das leis de autoanistia.....	359
6. Direito à verdade e à justiça e sua implementação no Brasil	361
7. Conclusão.....	364

Capítulo XVII

DIREITOS COMUNICATIVOS E ACESSO LIVRE À INTERNET

1. Conceito de direitos comunicativos	365
2. Limites aos direitos comunicativos.....	369
3. Espécies de direitos comunicativos	371
4. Formas de violação dos direitos comunicativos	371
5. Marco Civil da Internet no Brasil	371
5.1. Direitos humanos como fundamento do Marco Civil da Internet.....	372
5.2. Acesso à Internet como essencial ao exercício da cidadania.....	372
5.3. Direito humano ao acesso livre à Internet.....	374
6. A questão das “mídias sociais”	375
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	377
8. Direitos comunicativos e “direito ao esquecimento”	386
9. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos	391

Capítulo XVIII

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	393
2. Os primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2)	394
3. O 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).....	395
4. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos	397
4.1. Princípios de Paris sobre as Instituições Nacionais de Direitos Humanos	397
4.2. Finalidade, composição e missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	399
5. Conclusão.....	402

Capítulo XIX

MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍCIA JUDICIÁRIA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	403
--------------------	-----

2.	Ministério Público na defesa dos direitos humanos.....	404
2.1.	Instrumentos de tutela.....	404
2.2.	Defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais	404
2.3.	Defesa do direito à educação	405
2.4.	Competência para deflagrar o controle concentrado de convencionalidade ...	405
3.	Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos	406
3.1.	Acesso à justiça e as “100 Regras de Brasília”	407
3.2.	Defensor Interamericano	408
3.3.	Resoluções 2.656 (XLI-O/11) e 2.801 (XLIII-O/13) da OEA sobre a importância dos defensores públicos oficiais e fortalecimento da Defensoria Pública	409
3.4.	Defensoria Pública e defesa dos direitos humanos.....	410
3.5.	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i>	411
4.	Polícia Judiciária na defesa dos direitos humanos.....	414
4.1.	As “100 Regras de Brasília” e sua observância pelo Delegado	415
4.2.	Resolução 43/173 da ONU	415
4.3.	Lei n.º 12.830/13 como garantia complementar ao bloco de convencionalidade	417
4.4.	Aferição de convencionalidade pelo Delegado de Polícia	418
4.5.	Contraditório e ampla defesa no inquérito policial.....	418
5.	Conclusão.....	419

Capítulo XX

EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	421
2.	Educação em direitos humanos	422
3.	Por uma cultura de direitos humanos	424
4.	O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na consolidação da educação em direitos humanos	425
5.	Normativa das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos.....	426
6.	Conclusão.....	427

Capítulo XXI

SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

1.	Introdução.....	429
2.	Há soberania no plano internacional?	430
3.	Dois fundamentos irreconciliáveis	432
4.	Direitos humanos e flexibilização da soberania.....	433
5.	Conclusão.....	434

Capítulo XXII

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	435
2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU (2011) ...	438
3. Informe da Comissão Interamericana sobre povos indígenas, comunidades afrodescendentes e indústrias extrativistas (2015)	446
4. Projeto de convenção da ONU sobre empresas transnacionais e direitos humanos	450
5. <i>Compliance</i> na proteção dos direitos humanos.....	451
6. Racismo ambiental.....	453
7. Direitos humanos das empresas?	454
8. Meio ambiente e direitos humanos (Opinião Consultiva 23/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos)	455
9. Conclusão.....	457
Referências Bibliográficas.....	459
Obras do Autor	479